

Ata da 357ª Reunião Ordinária do Pleno do CES/SP de 28/10/2025.

1
2 Ao vigésimo oitavo dia do mês de outubro de dois mil e vinte cinco foi realizado a trecentésima
3 quinquagésima sétima reunião ordinária do Pleno do Conselho Estadual de Saúde, por meio
4 Híbrido (eletrônico/presencial), com as seguintes **REPRESENTAÇÕES E PRESENCAS: I – PODER**
5 **PÚBLICO – SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE:** Eudes Quintino de Oliveira Junior (Titular); Belfari
6 Garcia Guiral (Suplente) – **UNIVERSIDADES DO ESTADO DE SÃO PAULO** – Carmen Silva Gabriel
7 (Titular) – **II – PRESTADORES PROVADOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE – ENTIDADES FILANTRÓPICAS**
8 - Alfredo Joaquim de Lima (Titular) – **III – REPRESENTAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE –**
9 **REPRESENTANTES DOS SINDICATOS DE TRABALHADORES NA ÁREA DA SAÚDE:** Adilton Dorival
10 leite (Suplente); Leandro Oliveira (Titular); Valdemir Vieira (Titular); Marcella Milano (Suplente) –
11 **CONSELHOS DE FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL:** Waldecir de Paula Lima (Suplente);
12 Maria José Martins de Souza (Titular) – **ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE:** Sérgio
13 Tamai (Suplente); Dalila Viana de Freitas (Titular); Milton Massayuki Osaki (Suplente) – **IV –**
14 **REPRESENTAÇÃO DOS USUÁRIOS – CENTRAIS SINDICAIS:** Maria Giuliana S. Lima dos Santos
15 (Titular); José Osvaldo Pereira dos Santos (Suplente); Robson William Lorono (Titular); Valdeci
16 Henrique da Silva – **ASSOCIAÇÕES DE PORTADORES DE PATOLOGIA:** Aline Oliveira Costa (Titular)
17 Sheila Ventura Pereira (Suplente) – **ASSOCIAÇÕES DE PORTADORES DE DEFICÊNCIA:** Danilo
18 Moretti Ferreira (Titular) – **MOVIMENTOS POPULARES DE SAÚDE:** Marileide Sousa Silva Luna
19 (Titular); Dimitri Auad (Suplente); Maria Zélia de Brito Souza (Titular); Ledivan Lopes Seabra
20 (Suplente); Tereza Aparecida Machado (Titular); Walter Francisco Barros (Suplente); Juraciara
21 Fonseca dos Santos Morcillo (Titular); Dora Martins dos Santos (Suplente) – **ASSOCIAÇÕES DE**
22 **MORADORES:** Cirlene Souza Machado (Titular); Rubens Alves Pinheiro (Suplente) – **PROGRAMA**
23 **OU MOVIMENTO RELIGIOSO DE DEFESA DA SAÚDE:** João Inácio Mildner (Titular); Jorge Luiz
24 Nunes Florindo (Suplente) – **JUSTIFICARAM A AUSÊNCIA – UNIVERSIDADES DO ESTADO DE SÃO**
25 **PAULO** – Deisy de Freitas Lima Ventura (Titular) - **II – PRESTADORES PRIVADOS DE SERVIÇOS DE**
26 **SAÚDE:** Gisele Dominicci Silva de Moraes (Suplente) – **III – REPRESENTAÇÃO DOS PROFISSIONAIS**
27 **DE SAÚDE – REPRESENTANTES DOS SINDICATOS DE TRABALHADORES NA ÁREA DA SAÚDE –**
28 Ricardo de Oliveira (Titular) - **ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE:** Haino Burmester
29 (Titular) – **IV – REPRESENTAÇÃO DOS USUÁRIOS – CENTRAIS SINDICAIS:** Jonathan Faleiros
30 (Titular) – **ASSOCIAÇÕES DE PORTADORES DE PATOLOGIA** – Clarísia Viscardi Moniz Ramos
31 (Suplente); Nadir Francisco do Amaral (Suplente) – **ASSOCIAÇÕES DE PORTADORES DE**

32 **DEFICIÊNCIA** – Cristiane Daniel (Suplente) – **AUSENTES** – I – **PODER PÚBLICO** – **SECRETARIA DE**
33 **ESTADO DA SAÚDE** – Ricardo Kerti Mangabeira Albernaz (Titular) - **SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE**
34 **SAÚDE:** Michelle Luis Santos (Titular); Roberta Aparecida da Silva Meneghetti (Suplente); Elaine
35 Cristina Toni Xavier (Suplente) – **UNIVERSIDADES DO ESTADO DE SÃO PAULO:** Mauricio
36 Etchebehere (Titular); Antonio Gonçalves de Oliveira Filho (Suplente) – II – **PRESTADORES**
37 **PRIVADOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE – ENTIDADES COM FINS LUCRATIVOS:** Inaldo Rocha Leitão
38 Filho (Titular) – **ASSOCIAÇÕES DE DEFESA DE INTERESSE DA MULHER:** Ana Maria Martins Soares
39 (Titular); Maria José Majô Jandreice (Suplente) – **ASSOCIAÇÕES OU MOVIMENTOS POPULARES**
40 **DE DEFESA DO CONSUMIDOR:** Juliana Peneda Hasse (Titular); Maria Eugenia Ferraz dos Amaral
41 Bodra (Suplente). Após o restabelecimento do quórum, o Dr. Eudes dá as boas-vindas e inicia a
42 reunião desejando um ótimo trabalho a todos. Dando prosseguimento ao expediente do dia passa
43 para a aprovação da ata da reunião 356 de 29 de setembro de 2025. Em regime de votação e aprovada
44 por 15 votos a favor, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. O conselheiro Belfari, sugere
45 uma proposta de encaminhamento, para que o CES vote tudo que for necessário e se houver outros
46 assuntos, solicitar a presidência no ritual, na formalidade, como todos, porém se atentar aos itens
47 que foram definidos pelas comissões e aprovado pela mesa diretora. A conselheira Maria Zélia pede
48 uma questão de ordem e solicita uma conversa sobre a questão da FURP, que foi notícia no Estado
49 de São Paulo e sobre a fala técnica do senhor secretário sobre a intoxicação das pessoas com etanol,
50 para orientar os equipamentos de saúde do Estado de São Paulo para fazer também um
51 esclarecimento para a população e também a fala do Ministério da Saúde. A conselheira Teresa
52 também pede uma questão de ordem e fala a respeito da Web da SES sobre o IGM Paulista e que
53 ficou muito contraditória em relação ao COSEMS, desacreditando todo o processo que foi feito
54 entre o COSEMS e a Secretaria, que sempre foram parceiros, enfatiza ainda que desacreditou
55 justamente a Mariana, que faz um trabalho na COFIN de excelência e menciona que participou da
56 reunião da CIB onde esperava uma retratação, inclusive solicitada por Adriana, presidente do
57 COSEMS, porém a Dra. Silvany não permitiu a fala da pessoa que foi desacreditada (Mariana),
58 solicita um encaminhamento ao Dr. Eudes, que interceda junto ao Setor da SES, para que na
59 próxima reunião da CIB, a Mariana tenha o direito de se manifestar e que haja uma retratação por
60 parte da SES. O Dr. Eudes solicita que as duas últimas pretensões ofertadas pelas conselheiras, seja
61 através de um ofício de encaminhamento para as devidas providências e ressalta que o pleito ele é
62 correto, adequado e há realmente a necessidade da manifestação da Secretaria. O secretário
63 executivo reforça a proposta do conselheiro Belfari que é a aprovação dos itens 1,2,3,5 e 6 e depois

64 a indicação que é o item 4 e utiliza o restante da reunião para as colocações conselheiros. Em regime
65 de votação os itens: **1**, que é a aprovação da recomendação do CES, intensificação das ações de
66 investigação da infecção latente da tuberculose, que é uma proposta da comissão de DST/HIV/Aids
67 e Hepatites Virais; **item 2**, que é a aprovação da recomendação do CES sobre o dezembro vermelho,
68 comemorando no dia 1 de dezembro, dia mundial da luta contra a Aids. Também uma proposta da
69 comissão de DST/ HIV/ Aids, **item 3**, a indicação, a aprovação do Ricardo Aparecido de Moraes,
70 psicólogo como membro convidado na comissão de DST/HIV/Aids e Hepatites virais; o **item 5**,
71 que é a aprovação de uma moção de apoio ao fórum dos conselhos de atividade fim da área da
72 saúde, em defesa da formação presencial nas profissões de saúde, que é uma proposta da comissão
73 de comunicação, informação e educação permanente dos conselheiros e instituições da sociedade
74 civil organizada e o **item 6**, que é aprovação da participação dos coordenadores titulares e adjunto
75 da Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, CISTT, tendo a Teresa
76 Aparecida Machado e o Valdeci Henrique da Silva na oficina de regionalização da Rede Nacional
77 de Saúde do Trabalhador, Renast, da lista de doenças relacionadas ao trabalho a LDRT, a vigilância
78 dos processos produtivos e atenção integral à saúde do trabalhador e da trabalhadora da região
79 Sudeste nos dias 12 e 13 de novembro de 25. Aprovados por 16 votos a favor, nenhum voto contrário
80 e nenhuma abstenção. O outro item de pauta é a indicação e aprovação de um conselheiro de saúde
81 como convidado permanente do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional
82 Sustentável, que é o Consea de São Paulo, para o biênio de 2025 a 2027. Com interesse dois
83 representantes, a conselheira Maria Zélia, como titular e a conselheira Juraciara, como suplente no
84 Conselho de Segunda alimentar - Consea. Em regime de votação e aprovada por 18 votos a favor,
85 nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. A conselheira maria Zélia coloca que o Hospital Geral
86 de Guarulhos, Mário Covas, recebeu um prêmio em primeiro lugar por captação de órgãos e toda a
87 gestão disso e houve um processo de formação da Secretaria Estadual e não somente com aqueles
88 trabalhadores, mas foi com outras pessoas também da cidade da urgência emergência, ressalta ainda
89 que o mês de captação de órgãos para o Estado de São Paulo e que isso faz parte do SUS. O
90 secretário executivo encerra o expediente do dia abrindo para algumas discussões conforme o
91 proposto pelo conselheiro Belfari, com relação às políticas de saúde do Estado de São Paulo.
92 **Conselheiro Ledivan** coloca a preocupação com a desapropriação da FURP, que isso já foi tentado
93 em 2022 sem sucesso, menciona o Hospital Infantil Darcy Vargas prossegue falando que o senhor
94 governador, novamente colocou a FURP a prêmio, jogando-a dentro do Instituto Butantã, e na sua
95 opinião não tem condições de abranger a FURP e solicita aos conselheiros que tratem esse assunto
96 com carinho, porque é muito grave essa desapropriação, que se tratando da FURP, é um dos maiores

97 laboratórios da América Latina, que mais produz remédios gratuito, não só para o Estado de São
98 Paulo, mas para vários Estados e remédios de suma importância na grade do SUS e comenta ainda
99 a sobre o metanol e que a Secretaria do Estado de Saúde criou um comitê, um gabinete de urgência,
100 de emergência para apurar os fatos e solicita informações a respeito; outro assunto é sobre a
101 privatização da Sabesp, a água de péssima qualidade e que água também é assunto do conselho,
102 porque a lei 141, artigo 4º fala de saneamento básico e precisam de informações sobre a qualidade
103 da água, e respostas da Secretaria da Saúde, pois é uma questão de saúde pública. **Conselheira**
104 **Sheila** solicita mais informações sobre a questão da regulação de vagas, principalmente na questão
105 de cirurgias, próteses, e a questão das privatizações de hospitais, inclusive de fechamentos de
106 hospitais o Hospital Bela Vista, que causou um grande impacto aqui na população, na nessa
107 expectativa de abrir outro. Outro ponto de pauta é a questão da CONEP que está em fase de
108 transição, e mudando de pasta ela tira a participação do usuário, porque a luta das pessoas com
109 patologias é que todos os participantes de pesquisa tenham segurança, tanto a ética quanto a
110 participação da pesquisa, enfim, com essa troca de responsabilidade, está vindo muito pouca
111 informação sobre como que vai continuar. Até mesmo os comitês de ética em pesquisa estão em
112 dúvida de como será esse novo funcionamento de responsabilidade O que que acontece? tá tirando
113 a responsabilidade, esclarece ainda que o comitê de ética e pesquisa sempre foi dentro do Ministério
114 da Saúde e há grande preocupação com esse retrocesso e se coloca à disposição para compartilhar
115 toda a documentação que está sendo disponibilizada pelos comitês de ética em pesquisa. E a outra
116 questão é que enquanto representante das pessoas com patologias e representando a população
117 negra, e que está terminando seu mandato e deixar para quem permanecer que continue com esse
118 olhar para a importância da implementação da política nacional de atenção integral. a saúde da
119 população negra, principalmente alguns municípios sem o apoio da Secretaria de Estado.
120 **Conselheiro Dimitri**, comunica que o GT de revisão do regimento interno se reunirá dia 4 de
121 novembro para fechamento da minuta e uma vez fechada, será encaminhado para conhecimento
122 prévio dos conselheiros e conselheiras e a previsão é que a minuta da revisão entre na ordem do dia
123 da próxima reunião do conselho e para a aprovação do pretenso novo regimento interno, teremos
124 um desafio relevante aos integrantes do conselho, enfim, para aprovação é requerido 2/3 de votantes
125 (votantes), ou seja, são 20 pessoas, 20 conselheiros que terão que estar na condição de titulares.
126 Requer ainda que delibere uma reunião extraordinária para a apresentação ao conselho do projeto
127 em curso referente ao pretenso fechamento ou novo arranjo da FURP. **Conselheiro Walter**, coloca
128 que esteve em Rio Preto na DRS 15 e pediram para que ele levasse ao Pleno as questões sobre certas
129 licitações, a falta de exames e consultas especializadas, muita falta naquela região e questiona como

130 fazer para que ande a fila de exames e consultas especializada? pois tem pessoas que saem das suas
131 casas para outras cidades 5 horas da manhã com exame agendado para as 2 horas da tarde, etc.
132 solicita para olhar mais para essas questões, para que o paciente possa fazer seus exames e consultas
133 dentro de seu município e outra questão é que com o advento das OSS's está acontecendo muita
134 troca nas OS por causa de problemas estruturais, de documentação e de falta do plano de trabalho
135 não colocado em evidência, ou seja, quando troca um médico ele pede todos os exames novamente
136 e o paciente volta para o final da fila e pede que o secretário de saúde vá para aquela região e
137 principalmente da cidade de Rio Preto, e olhar também para todo o Estado de São Paulo.
138 Conselheiro Rubens que está de acordo com a questão da FURP levantada pelo conselheiro Ledivan,
139 pois também reafirma que são questionados nas regiões e não tem essas informações. Afirma que a
140 luta é correta, pois ficam sem o conhecimento do que acontece e isso é muito ruim e menciona o
141 regimento e as discussões sobre políticas de saúde e se o governo toma as atitudes sem consultar os
142 devidos ou sem participar ou abrir uma discussão com os devidos setores, fica complicado ter
143 qualquer ideia, pois a proposta poderia ser positiva e outras considerações e reitera a solicitação da
144 reunião extraordinária e colocar mais duas outras questões sendo a primeira a quantidade enorme
145 de denúncias a respeito de mau funcionamento de hospitais, inclusive a última foi de Peruíbe, falta
146 de insulina, etc. e afirma que tem recebido muitas reclamações de hospitais estaduais, municipal e
147 repassa para o conselheiro municipal, mas estaduais ficam engessados, pois não conseguem discutir
148 o que acontece com a rede hospitalar. Coloca ainda que por três vezes a reunião foi adiada e está
149 aguardando que essa reunião saia o mais breve possível, pois são muitas as reclamações e que
150 solicitou a secretaria executiva como proposta para a nova gestão que os coordenadores realizem
151 suas reuniões com conteúdo, tendo em vista que para fazer políticas públicas é necessário
152 informações de todas as comissões e enfatiza que da maneira que está acontecendo hoje impede o
153 seu trabalho como conselheiro, faz mais algumas considerações a respeito da autorização para
154 “fiscalizar” os hospitais, dos casos de emergência que acontece nos hospitais, e reclamações sobre
155 falta de medicamentos, etc..., informa que participou em três em três eventos, e dois eventos tinha
156 sido autorizado pelo CES e que em um deles a conselheira Marcella participou e tem condições de
157 relatar melhor que este também no Rio de Janeiro e que participou da saúde da população negra e
158 informa a sua participação na política estadual da regionalização da saúde. E que sentiu falta da
159 participação da sociedade civil, pois são questões importantes que estamos sendo debatidas e foi
160 informado os conselhos são importantes, mas não estavam participando nesse momento e informa
161 ainda sobre os dois relatórios da saúde da população negra que foi em Botucatu, que foi um
162 seminário muito importante, deixa os documentos a disposição de todos os conselheiros.

163 Conselheira Marileide que ratifica as falas sobre a FURP e é a favor da discussão da questão dos
164 hospitais e faz um relato sobre um hospital de portas fechadas para um atendimento de emergência
165 no dia 12 de outubro e outro ponto é a questão da regulação x Cross, que é necessário a prefeitura
166 dialogar com o Estado e a questão da regionalização, como esta questão deve ser amplamente
167 debatida não só com o conselho, mas com toda a população. Conselheira Maria Zélia. que começa
168 colocando a questão da COP 30 e questiona quem estará presente, se a Secretaria Estadual de Saúde,
169 Ministério da Saúde, e os municípios? E que tem um plano de ação climática até 2050, que tem um
170 grupo de trabalho etc. E que é preciso colocar essas questões dentro da política pública que o
171 conselheiro Rubens coloca, fala ainda que com o calor as pessoas serão socorridas nos equipamentos
172 de saúde público de urgência e emergência, e uma questão para encaminhamento, quais são os
173 trabalhos que têm sido desenvolvidos no Estado de São Paulo com os municípios sobre isso?
174 Quantos hospitais autossustentável dentro do projeto geral tem hoje no Estado de São Paulo? Quer
175 saber se tem alguém da Secretaria de Saúde que irá para COP 30 e pede para incluir os conselheiros
176 e que o governo do Estado de São Paulo pode fazer uma bancada de conselheiros usuários e levando
177 em consideração o plano de ação para as mudanças climáticas e sustentabilidade; faz mais algumas
178 considerações sobre a questão das doenças da população da saúde negra e sobre o outubro rosa
179 (câncer de mama, ginecológico) e propõe que no ano que vem pensar na apresentação de dados do
180 ano de 2025. Comenta ainda sobre as especialidades. Quantos municípios encaminharam a
181 Secretaria Estadual de Saúde a sua lista de especialidades? Faz ainda mais algumas considerações
182 á respeito da falta da apresentação de dados sobre a água contaminada no Estado de São Paulo e
183 essa é uma questão de encaminhamento., e concorda com a discussão sobre a FURP que é uma
184 questão muito séria e solicita uma reunião com o secretário de saúde para uma explicação para o
185 CES e faz outra proposta sobre a COP 30, que precisa envolver o gabinete GGIM que tem no Estado
186 de São Paulo e que tem nos municípios onde tem aeroportos, é importante unir forças, pois é no
187 gabinete que estão todas as forças de segurança, coloca ainda a questão do CONEP, faz algumas
188 considerações e argumenta que o CES precisa fazer uma discussão urgente, com o Conselho
189 Nacional, com o Ministério da Saúde, para entender tudo isso. Conselheiro Ledivan solicita
190 esclarecimento, sobre a situação do Hospital Mário Covas, que não está realizando angiologia
191 cerebral, angiologia vascular, cateterismo e drenagem biliar. São quatro patologias de grande
192 importância e que é referência desse hospital, segundo a informação, é preciso saber o porquê e o
193 que está faltando nesse hospital, entre outras questões e no que diz respeito ao Hospital Emílio
194 Ribas, pois tem funcionários sem receber há mais de 50 dias, obras inacabadas e outras
195 irregularidades. Conselheiro Belfari, coloca que o exercício realizado nesta data, foi de extrema

196 importância e ressalta que alguns assuntos são mais urgentes e outros menos, mas também de igual
197 importância, fala sobre a questão do pedido de um pleno extraordinário, e esclarece que a mesa
198 diretora, que são quatro pessoas e que o Dr. Eudes, presidente, coordenador, sempre apoiou toda a
199 necessidade deste conselho, e assim que chegam as necessidades, a mesa se pronuncia e o presidente
200 se pronunciam e faz. Esclarece ainda que cerca de dois meses a questão da FURP estava na mídia
201 e nos jornais e nenhum conselheiro se sentiu motivado. E explica o que aparecia na mídia era o
202 Butantã juntando com o Instituto Butantã, para fortalecer a produção de medicamentos e enfatiza
203 que tem algumas situações que já foram ditas e inclusive foram enviadas respostas por e-mail e que
204 a literatura fala, mas é preciso comprovar as vezes, que existem dois tipos de conselho, o conselho
205 de vocalização, que é o que foi feito, e o conselho estruturante, que não adianta ficar jogando a bola
206 um para o outro, pois vai ficar só na vocalização e se tem um fluxo, tem que ter um encaminhamento
207 e para isso se usa as comissões e volta a solicitar que provoquem a mesa diretora para interceder
208 junto as comissões para fortalecer as discussões e incentiva que não deixem esses os assuntos
209 discutidos escaparem, mas que tem um caminho para não se perder, enfatizam ainda que as falas
210 foram importantíssima, para dar encaminhamento e formalizar, tem que provocar e a Secretaria da
211 Saúde sempre se propõe a ser o mais transparente possível, e que as respostas virão e que a riqueza
212 do conselho está nessa discussão, fortalecer inclusive a secretaria, que com a participação social é
213 muito mais forte. O secretário executivo informa que as questões que o Dr. Eudes colocou no início
214 da reunião serve para todas as outras questões, para a questão da intoxicação pelo metanol, a questão
215 do IGM, a questão da água, a questão da regulação e a questão do CONEP. Diante do exposto se
216 compromete a disparar alguns ofícios solicitando as informações. A conselheira Sheila colocou as
217 informações que ela tem sobre a questão do CONEP, no grupo dos coordenadores e depois será
218 repassado para todos e o conselheiro Belfari lembra que o CONEP é de responsabilidade do
219 Conselho Nacional. O secretário executivo retoma esclarecendo que tanto os conselheiros e a
220 secretaria executiva precisam apropriar de algumas questões e esclarece que existe uma cesta de
221 medicações que é de responsabilidade do Município, uma cesta de medicações que é de
222 responsabilidade do Estado e uma cesta de medicação que é de responsabilidade do Governo
223 Federal. A insulina é repassada pelo governo federal e ele não está repassando. Por isso que está em
224 falta não só em Peruíbe, mas em São Paulo, e no Brasil inteiro, inclusive não tem disponível para
225 compra, nas farmácias comuns e irá verificar junto assistência farmacêutica, porque inclusive pode
226 ser um problema de fabricação de algum insumo, de alguma questão que está impedindo a
227 fabricação e liberação. Em relação as denúncias de hospitais, tem dois caminhos, o primeiro
228 caminho é orientar o denunciante ou o manifestante que registre a sua manifestação na ouvidoria

229 do Estado ou se for do município, na ouvidoria do município, porque demandas individuais quem
230 trata é ouvidoria, e os conselheiros devem discutir na comissão, pois tem a comissão de gestão de
231 serviços de saúde, que é específica para essa discussão e para todos os hospitais do Estado de São
232 Paulo e com relação ao Hospital Mario Covas, esclarece que quando da discussão e análise do
233 primeiro RDQA e da PAS, o Conselheiro Dimitri fez vários questionamentos com relação a este
234 hospital e a CGCSS, que é a Coordenadoria de Gestão de Contratos de Serviços de Saúde, respondeu
235 a todos os questionamentos sendo encaminhado por Email para todos os conselheiros e entende que
236 se não há nenhum questionamento é porque todos se sentiram contemplados. Conselheiro Rubens,
237 esclarece que o conselheiro não pode e não deve ficar se abastecendo de informações via jornais,
238 ou qualquer outro elemento, porque tem que separar política pública de saúde de política partidária
239 e enquanto conselheiro toma os devidos cuidados para fazer seu trabalho. como conselheiro e por
240 isso que vai buscar essencialmente as informações corretas e essas informações estão no CES, mas
241 tem coisa que não chega, então não dá para captar qualquer informação e considera que a gestão,
242 tem o total interesse na opinião e no trabalho dos conselheiros para executar as suas tarefas e faz
243 mais algumas considerações e enfatiza que chega informação demais que eles não conseguem
244 classificar e processar tudo. Conselheiro Dimitri, coloca que em relação a COP 30 aproveita para
245 informar que também tem um encaminhamento, esclarece que participou da primeira e única
246 conferência nacional de clima e explica que os dramas advindos dos eventos extremos climáticos
247 não é restrito à saúde, as altas temperaturas, não impactaram nas pessoas mais vulneráveis, idosos
248 e crianças, mas também os trabalhadores externos, e a questão da zoonose e arbovirose, aumento
249 da população de insetos, as consequências a Aegypt e tantas outras, altas temperatura, liberam
250 também a proliferação de pragas na agricultura e a preocupação é que seja por praga ou pela própria
251 temperatura, inviabilizará em determinadas regiões ou biomas, acenando para um cenário de
252 insegurança alimentar. E insegurança alimentar é gerador também de doenças e agravos de doenças,
253 tem também a questão de enchentes, inundações e ressacas e sobre água, o tratamento para
254 abastecimento, não contempla a eliminação dos inorgânicos, somente dos orgânicos. Isso quer dizer
255 que a água que se recebe, está tomada de químicos e minerais que estão ingerindo, seja o que
256 chamam de traços ou sinais de antibiótico, psicotrópicos, anticoncepcionais e tantos outros e reforça
257 a gravidade tanto da questão ambiental e climática na saúde humana, e sobre a proposta que fez
258 de uma reunião extraordinária FURP, se apoiou no artigo 19 estabelecido no e reitera sua proposta
259 de uma reunião extraordinária para discutir a questão da FURP, porque é uma indústria que abastece
260 3.200 municípios no Brasil. A Conselheira Maria Zélia, considera também que a informação correta
261 tem que partir do CES , espera que o Conselho de Américo Brasiliense e a Casa Parlamentar se

262 posicione com relação a isso e a segunda é a questão da FURP e defende que os conselhos devem
263 ser de decisão, de avaliação da política pública. Menciona ainda um documento do COSEMS onde
264 o próprio o Conselho Nacional faz alguns alertas sobre os municípios que estavam sendo
265 investigados suas contas da saúde e pedindo que os conselheiros que não aprovassem as contas
266 desses prefeitos, coloca ainda que os conselheiros devem priorizar as responsabilidades e faz mais
267 algumas considerações a respeito da questão climática e das doenças por dengue, entre outras e
268 ressalta que são questões para reflexão e para debate. O conselheiro Walter fala da falta de
269 comunicação das RRAS junto ao conselho, coloca ainda que orienta para encaminharem as suas
270 reivindicações a secretaria executiva do conselho que enviará para as comissões pertinentes e
271 posteriormente a Secretaria Estadual de Saúde e faz considerações a respeito das farmácias a de alto
272 custo de sua região. Conselheiro Ledivan, esclarece que não encontrou nada no regimento que
273 impeça os conselheiros fiscalizar sem autorização, enfatiza que respeita a mesa diretora e colegiado,
274 mas não tem como o munícipe procurá-los e responderem que "Não posso ir até o hospital porque
275 eu sou vetado, preciso de autorização", coloca ainda que informa ainda que o hospital do Ipiranga,
276 continua do mesmo jeito e em Taboão da Serra entrou com representação, denunciou, e pediu o
277 cancelamento da última eleição Conselho Municipal Taboão da Serra porque não teve paridade, não
278 teve divulgação, etc...O conselheiro Leandro enquanto mesa diretora se sente incomodado e
279 esclarece que os assuntos que vem para a mesa diretora são discutidos e se tem demanda que precisa
280 de autorização é passado pelo Pleno para votação. Conselheiro Padre João é de opinião que o debate
281 está bom, mas que está na hora de amarrar de fato o que querem, o secretário executivo esclarece
282 que já tem os encaminhamentos e explica que no regimento diz que "A reunião extraordinária pode
283 ser convocada pelo presidente, pode ser convocada, aprovada no pleno e que há consenso do CES
284 da reunião extraordinária." Então, a reunião extraordinária com relação à FUP já está aprovada. Os
285 outros itens apresentados é seguirá a orientação que do presidente de fazer ofício para as áreas.
286 Conselheiro Danilo que coloca que o debate é fundamental e pede à mesa diretora que nunca mais
287 cancele uma reunião de pleno por falta de pauta e sugere que coloque na pauta discussão da saúde
288 e respondendo ao conselheiro Belfari, que o Conselho Nacional de Pesquisa em Ética e Saúde é um
289 conselho dos mais importantes que existe para regularizar a pesquisa no país com pacientes, ele que
290 representa e que controla todos os conselhos de saúde, de pesquisa em saúde com seres humanos
291 do Estado. A partir do momento que se destrói o CONEP, que é um dos entes mais importantes que
292 segura a pesquisa no Brasil, estão entregando de mão beijada para a indústria farmacêutica e que
293 um dos problemas principais é quando termina uma pesquisa e o remédio foi bom, todos os
294 pacientes que participaram da pesquisa perde o direito de receber o remédio e até o remédio ser

295 aprovado pela ANVISA chegar no serviço público o paciente morre, mas não ganha mais o produto.
296 É de opinião que o CES tem que debater e se manifestar com uma nota de repúdio sobre o que está
297 acontecendo com CONEP e faz mais algumas considerações a respeito da situação das doenças no
298 Nordeste e da situação dos direitos das mães que receberam os atrasados e a suspensão da relação
299 a transporte gratuito, aluguel social etc. Conselheira Marileide e coloca sua opinião ao que foi
300 discutido em relação a insulina, ouvidoria, etc., é de opinião que o CES tem que ter uma ação
301 interventiva e averiguar o porquê e outro ponto é que o conselho também tem que ter um canal para
302 dar um feedback para o usuário e com relação as visitas técnicas coloca a sua abordagem nos locais
303 onde tem algum questionamento, vai até o local, verifica tudo, vai conversar com a direção e aponta,
304 relata, e documenta tudo, conversa com a administração, depois traz para o conselho, pois o CES
305 tem que ter ações preventivas e interventivas. Conselheiro Belfari coloca que foram ditas várias
306 coisas lhe dando o direito de resposta e enfatiza que cada um que ouve interpreta de um jeito e que
307 jamais falou que era para assistir TV para trazer para o CES mas sim que qualquer reportagem que
308 chegue até o CES, seja por um denunciante, por uma solicitação de esclarecimento, via jornal, rádio,
309 TV, qualquer mídia, o CES tem obrigação de se apropriar e querer entendeu o que está acontecendo
310 e foi exatamente isso que quis dizer. E outra questão, é que o CES não é cartorário, cartorária é a
311 secretaria executiva que os auxilia com todas as questões e quando eu pede para que documentem,
312 é para fortalecer as comissões, porque o CES não tem comissões fortalecidas para trazer assuntos
313 para a pauta, que vão tornar o conselho que tantos outros comentaram nesta data, que não funcionam
314 e isto o frustraria imensamente, porque está há mais de 20 anos pela participação da comunidade,
315 defendendo a participação social como trabalhador, usuário e gestor e é obrigado a ouvir isso, e
316 termina dizendo para o CES trabalhar para uma participação social mais adequada. Conselheiro
317 Valdeci é de opinião que precisam aproveitar esses momentos com base técnica e com informações
318 alicerçadas em verdade, em questões técnicas, informa que por 4 anos eu foi presidente de um
319 comitê de ética e pesquisa, e tenho um certo conhecimento sobre isso. O que acontece em relação
320 ao CONEP a CPS e o CEPS, que são os conselhos de ética e pesquisa, e que houve uma lei,
321 promulgada em 2024 e um decreto expedido em dia 14 ou 15 de outubro, o que que foi instituído
322 por essa lei figura do que eles chamam de Instituto Nacional de Ética e Pesquisa. Os conselhos de
323 Ética e Pesquisa, continuam. A lei prevê isso. Concorda com o que o conselheiro comentou em
324 relação ao perigo, a lei deixa umas brechas para fortalecer alguns interesses de alguns segmentos,
325 principalmente o segmento da indústria farmacêutica e tem que tomar cuidado com algumas falas,
326 porque realmente a lei ampliou algumas possibilidades em relação à ética em pesquisa no país. O
327 CONEP, ficou realmente enfraquecido em relação a constituição de um outro ator nessa história,

328 que é o tal do Instituto Nacional de Ética e Pesquisa. A composição é com 33 conselheiros, que a
329 lei prevê isso e o decreto diz quais são os segmentos que esses 33 conselheiros vão representar, e
330 diante disso vale a pena o debate e que o Conselho Estadual de Saúde pode se posicionar, mas tem
331 que primeiro ler a lei, o decreto para poder ter uma ideia mais geral e se for de consenso deliberado
332 no Pleno e o Conselho Estadual de Saúde de São Paulo emitiu uma nota de repúdio e o mais
333 importante é poder realmente tomar uma posição enquanto conselho, uma posição responsável e
334 esclarece que só está fazendo uma observação no sentido de que caso entendam que esse seja um
335 ponto importante, que se faça uma discussão baseada realmente numa leitura prévia para que as
336 pessoas entendam realmente o que está acontecendo. O secretário executivo sugere fazer a discussão
337 nas comissões em novembro, tanto na comissão de políticas como na comissão de comunicação,
338 informação e educação permanente possa ser discutido a Lei do CONEP. O conselheiro Valdeci
339 coloca ainda que não propôs moção, mas se caminharem por esse caminho precisam ter substâncias
340 para poder realmente desenvolver essa moção. O secretário executivo informa que irão fazer na
341 comissão de comunicação e educação e passa a palavra para o Dr. Eudes para as considerações
342 finais e encerrar a reunião. O Dr. Eudes esclarece que é muito interessante a preocupação do
343 conselho com o sistema CEPS CONEP e que esse sistema ingressou no Brasil em 1996 por uma
344 resolução do Conselho Nacional de Saúde número 196/96. Essa resolução foi progredindo e foi
345 substituída, alterada por uma outra Resolução que é a 466/2012 e sequencialmente uma outra
346 Resolução ainda, número 5105. Um breve relato. A preocupação do conselho é justa, é coerente,
347 porque o conselho integra o sistema CEP CONEP. Ele é integrante, ele é participativo e com essa
348 mudança que ocorreu agora, com essa recente lei que foi promulgada o ano passado e agora com o
349 decreto de dia 14 de outubro, houve uma alteração muito grande. O sistema CONEP praticamente
350 ruiu e o CEP não. O CEP continua na sua integridade, mas acontece que a CONEP que fazia, o
351 segundo grau de avaliação, já não tem mais essa competência e passou para o Ministério da Saúde.
352 Esta lei é tênue, sutil, e permite interpretações mais amplas, abrangentes, e isso vai trazer benefício
353 a Indústria de fármacos. E o prejuízo para o participante de pesquisa. É esta que é a atuação do
354 conselho, é zelar, tutelar o participante de pesquisa para que todos os seus direitos sejam
355 resguardados, para que ele saiba o comprometimento que tem com aquela pesquisa e pode a
356 qualquer tempo também abandonar a pesquisa. E se ficou até o final dessa pesquisa e o medicamento
357 foi exitoso, significa que tem que receber o medicamento. É o cúmulo do absurdo você usar a
358 pessoa. Isto é o a verdadeira cobaia. É de opinião que teria que ser feito realmente uma manifestação
359 do conselho, mas no sentido de prestigiar e tutelar com maior cautela os participantes de pesquisa
360 e que a comissão pode fazer até um estudo mais detalhado da lei e fazer aí um relato mandando para

361 que eles possam apreciar. O conselheiro Danilo enfatiza que essa lei passa a ser inconstitucional,
362 por isso que vai entrar agora em julgamento, estão sendo feitas simplesmente porque ela quebra
363 com a parte de Relsic e sim o Brasil é signatário do Conselho de Ética Mundial e isso é prerrogativa
364 do país e isso o nosso Congresso aprovou e por isso que está no Congresso. Agora houve uma
365 mudança, mas indo contra a parte internacional. E aí o o Congresso, o Supremo vai ser chamado a
366 interpretar isso, porque é exatamente isso, é de tirar o indivíduo o direito de manter-se com a
367 medicação depois que ela foi favorável, inclusive, não é só para o paciente, até aqueles que
368 tomaram, placebo passam a ter o direito. Os Estados Unidos é o único país no mundo que não
369 assinou Relsic e finaliza depois de algumas considerações sobre a lei. O conselheiro Dimitri propõe
370 um GT dentro das comissões para tratar do assunto CONEP e a Lei e convidar o conselheiro Valdeci
371 e o conselheiro Danilo e o Dr. Eudes. Conselheira Juraciara informa que é sobre a questão do
372 CONEP que participou da elaboração da portaria 510 em 2015, e que foi em um congresso
373 internacional que em Atibaia e participou por 10 anos de um comitê de ética. Enfatiza que tem
374 conhecimento para ajudar e que realmente é preciso apoiar o CONEP. O Dr. Eudes coloca que
375 muitas questões que levantadas são de relevantes e sempre passa para os secretários, faz uma
376 listagem daquilo que foi discutido na reunião e esclarece ainda que o secretario muito interesse em
377 saber o pensamento do conselho. Ele não toma nenhuma decisão sem antes perguntar "Olha, esse
378 assunto foi abordado no conselho, qual que é a opinião do conselho?" e acontece que tem muitas
379 ações que já foram tomadas pela secretaria em razão dos assuntos levantados pelo CES e
380 diretamente, há uma participação muito grande da secretaria que vê o conselho, não só companheiro,
381 mas um órgão de interveniência adesiva obrigatória, significa que ele faz parte da gestão pública no
382 caso de saúde, que levará os assuntos que foram abordados no CES e ressalta que quando tem um
383 conselho, ele forma um grupo coeso e vai apresentar a sua manifestação. E finalmente terminando,
384 uma outra situação também que foi debatida com relação a reclamações, fiscalizações de hospitais,
385 na função de legítimo, de parte legítima que é o conselheiro, para fazer esse tipo de atuação e
386 aconselha a averiguação formal do fato, que geralmente é uma denúncia, ela tem que ser feita pela
387 secretaria. Então, qual que é o caminho? é a Ouvidoria Geral do SUS que tem na secretaria, é ela
388 que recebe todas as denúncias, inclusive denúncias anônimas, que é direito do cidadão e apontar ali
389 qual é o problema que ele está vislumbrando na área da saúde. Se o hospital tal não está atendendo
390 tais especialidades. A secretaria vai seguir o caminho formal, que é o caminho natural de utilizar a
391 ouvidoria. E aí tem uma tramitação interna pelos órgãos técnicos. A pessoa vai receber a resposta
392 da secretaria, se ela se identificar, então a secretaria é obrigada a informá-la a respeito daquele pleito
393 que ela fez, o conselho não pode ter ouvidoria, ele pode ser um canal de escuta e encaminhar para

394 ouvidoria. A conselheira Maria Zélia, coloca que é de opinião que sobre o CONEP, precisa ser
395 criado, um grupo pequeno, para recuperar toda essa documentação Ministério da Saúde, pegar o
396 que está no Congresso, pedir ao Conselho Nacional qual o posicionamento e ter um relatório sucinto
397 do que foi que aconteceu das datas que o Dr. Eudes colocou, porque nem todos os CEPs sabem
398 disso, que são questões para juntar tudo isso, que é para todos conselheiros terem clareza, do que é
399 a CONEP, o que é a bioética, e faz mais algumas considerações dos assuntos já discutidos na
400 reunião. O conselheiro Dimitri sugere um GT para elaborar o manifesto e pergunta e se tem que ser
401 apresentado, apreciado e deliberado por esse conselho ou ele pode ser criado sem a deliberação
402 desse espaço? Porque se há uma urgência, uma premência, tem que colocar e votar a criação desse
403 grupo. A conselheira Cirlene e o conselheiro Walter se colocam à disposição para participar do GT
404 e o conselheiro Danilo sugere que todos os coordenadores das comissões participem, pois é uma
405 maneira de contemplar todas as comissões. O conselheiro Padre João, como membro da mesa
406 diretora sugere assumir o GT e fica resolvido que a mesa vai encaminhar o GT, autorizar e acredita
407 que os outros membros da mesa também estão de acordo e solicita que a secretaria executiva agenda
408 uma reunião com a mesa diretora para esse debater essa questão com apoio do Dr. Eudes, ressalta
409 ainda que todos podem ficar tranquilos, pois com a experiência do Dr. Eudes e do procurador do
410 Ministério Público, estarão muito bem respaldados para encaminharmos uma posição do CES. Com
411 a palavra o Dr. Eudes que agradece a atenção e participação de todos e dá por encerrada a reunião.